

Uma leitura de *O senhor das moscas*, de William Golding, à luz da teoria contratualista

Alcides Campos Gonçalves*

<https://orcid.org/0000-0001-9735-3889>

Resumo: Este artigo apresenta uma leitura de *O senhor das moscas*, de William Golding, que visa refletir sobre a construção da ordem social e sobre a oposição entre civilização e barbárie. Para isso, percorremos duas correntes filosóficas que buscam explicar a gênese e os mecanismos que regem o convívio social: o Naturalismo e o Contratualismo. Esse referencial teórico traz alguns conceitos pertinentes a este trabalho, como o de “estado de natureza” e de “contrato social”. A partir disso, defendemos que o romance apresenta uma narrativa alegórica e refaz simbolicamente eventos fundamentais da história da humanidade.

Palavras-chave: William Golding. *O senhor das moscas*. estado de natureza. contratualismo.

A reading of *The lord of the flies*, by William Golding, in light of contractualism

Abstract: This article presents a reading of *The lord of the flies*, by William Golding, which aims to reflect on the construction of the social order and on the opposition between civilization and barbarism. For this study, we go through two philosophical movements that seek to explain the genesis and the mechanisms that conduct social coexistence: Naturalism and Contractualism. This theoretical framework carries some concepts that are pertinent to this paper, such as the “state of nature” and the “social contract”. As a result, we argue that Golding’s novel presents an allegorical narrative and symbolically reconstructs fundamental events in human history.

Keywords: William Golding. *The lord of the flies*. state of nature. contractualism.

Una lectura de *El señor de las moscas*, de William Golding, a la luz del contractualismo

Resumen: Este artículo presenta una lectura de *El señor de las moscas*, de William Golding, que pretende reflexionar sobre la construcción del orden social y sobre la oposición entre civilización y barbarie. Para ello, transitamos por dos corrientes filosóficas que buscan explicar la génesis y los mecanismos que rigen la vida social: el Naturalismo y el Contractualismo. Este marco teórico trae algunos conceptos relevantes para este trabajo, como el “estado de naturaleza” y el “contrato social”. A partir de esto, sostenemos que la novela presenta una narración alegórica y rehace simbólicamente hechos fundamentales de la historia de la humanidad.

* Universidade Federal de Santa Maria. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras. E-mail: alcidesfcg@gmail.com.



Palabras clave: William Golding. El señor de las moscas. estado de natureza. contractualismo.

1 Introdução

A vida em sociedade parece nunca ter causado tanto impacto no ser humano como nas últimas décadas, em cujo espaço de tempo o desenvolvimento tecnológico e a massificação dos sistemas de comunicação prosperaram incessantemente, como ainda o fazem. As possibilidades de interação entre povos e culturas estrangeiras ampliaram e diversificaram-se, e, mais recentemente, as redes sociais estimulam a conexão de pessoas das mais variadas partes do globo. Nessa conjuntura, ganhou vulto a narrativa de uma cultura globalizada, movida por um complexo conjunto de indivíduos que compartilham um interesse em comum: estar inserido em um grupo.

Apesar de legítima, essa narrativa pode ser, em parte, superficial, pois não raro restringe a noção de *social* a um contexto de globalização, o que pode redundar em uma compreensão incompleta de seu conceito. Logo, ao examinarmos temas relativos à sociedade e ao convívio social, é indispensável considerarmos o seu aspecto diacrônico, isto é, a sua condição histórica e a sua relação com o gênero humano, seja na geração dos *smartphones*, seja em culturas primitivas ou remotas. Neste artigo, apresentamos uma leitura do romance *O senhor das moscas*, do escritor britânico William Golding (2003), com a qual buscamos refletir justamente sobre a transição do homem, do que podemos chamar de *estado natural*, para a vida em sociedade, o que leva à reflexão, também, de tópicos como a oposição entre civilização e barbárie e o valor da ordem social.

A decomposição de temas como os supracitados não é artigo de novidade em estudos filosóficos e sociológicos, entre os quais se destacam duas correntes que se propõem justamente a explicar a gênese e certos mecanismos que regem a vida em sociedade: o Naturalismo e o Contratualismo. Em tais correntes, especialmente na teoria contratualista, buscamos as bases para fundar a nossa análise e compor o referencial teórico deste estudo. Mas, antes de abordarmos os conceitos a elas pertinentes, comentemos sobre o romance.

2 *O senhor das moscas*

Romancista, poeta e dramaturgo, William Golding (1911-1993) está entre os mais importantes escritores de língua inglesa do século XX. Em 1980, é laureado com o *Booker Prize*, por *Ritos de passagem* (1980), primeiro volume de sua trilogia *Até os confins da Terra*. Três anos mais tarde, recebe o Prêmio Nobel de Literatura, pelo conjunto de sua obra. Com *O senhor das moscas*, publicado em 1954, Golding estreia sua carreira na prosa de ficção, e o grande sucesso do romance rende duas adaptações para o cinema: em 1963, com direção de Peter Brook, e em 1990, com direção de Harry Hook.

Na narrativa em apreço, conhecemos a aventura de um grupo de meninos ingleses que ficam confinados em uma ilha deserta, após um acidente aéreo do qual não sobrevivem adultos. Conforme é sugerido por um dos garotos, o avião que os transportava foi alvo de um ataque:

— Não há nenhum adulto aqui?
 — Acho que não.
 [...]
 O menino gordo pensou um instante.
 — O piloto.
 O menino louro mergulhou os pés na areia e se sentou no chão quente.
 — Ele deve ter continuado depois de nos deixar. Não podia aterrissar aqui. Não com aquelas rodas.
 — Ele foi atacado!
 — Voltará mais tarde!
 O menino gordo balançou a cabeça.
 — Quando estávamos descendo, olhei por uma das janelas. Vi a outra parte do avião. Estava pegando fogo.
 Olhou para a encosta, de cima a baixo.
 — E foi isso que aconteceu com a cabina (GOLDING, 2003, p. 10).

Em vista disso, podemos presumir que a história se desenvolve em meio a um contexto hostil, assim como o próprio período em que o romance veio a público, ainda na primeira década após a Segunda Guerra Mundial. No excerto a seguir, podemos

observar como o personagem Ralph utiliza o termo “vermelhos” para se referir a supostos inimigos:

[...] Era a primeira vez que admitia a dupla função da fogueira. Certamente, uma era mandar uma coluna de fumaça sinalizadora; mas a outra era ser uma espécie de lar agora e uma segurança até que dormissem. Eric soprou na madeira até haver um brilho e uma chamazinha. Uma fumaceira branca e amarela subiu para o céu. Porquinho pegou os óculos de volta e olhou com prazer para a fumaça.

— Se pudéssemos fazer um rádio!

— Ou um avião...

— ...ou um barco.

Ralph recorreu ao seu decadente conhecimento do mundo.

— Poderíamos ser aprisionados pelos vermelhos (GOLDING, 2003, p. 177).

O termo em questão provavelmente faz alusão ao regime socialista, ou seja, o polo oposto ao da Inglaterra no conflito ideológico que consumiu a segunda metade do século XX, e a que denominamos Guerra Fria. Em todo caso, embora pouco explorado, esse pano de fundo marcado pela brutalidade e pela morte determina, até certo ponto, o comportamento de alguns personagens e, do mesmo modo, justifica as suas ações. A esse aspecto retornaremos na seção de número quatro.

Tão logo se reúne, o grupo com aproximadamente trinta meninos celebra a liberdade oferecida por uma terra sem adultos. Mas, a fim de garantir a sua subsistência, os pequenos sobreviventes compreendem que devem estabelecer algumas regras de convívio. Para tanto, empregam meios tradicionais de organização coletiva: escolhem um líder, através de votação; dividem-se em subgrupos, cada qual com tarefas específicas, e definem uma rotina que atenda às necessidades de todos. O eleito pela maioria é Ralph, que, com uma concha encontrada na praia, fazendo-lhe às vezes de uma corneta, sinalizara aos garotos dispersos pelo lugar e agrupara-os. Com doze anos, ele está entre os mais velhos do grupo. É esguio, simpático e exerce influência sobre os demais com naturalidade, não obstante seja brando e tolerante. Seu amigo mais próximo é Porquinho, um garoto desajeitado, obeso, míope e asmático. Porquinho detesta o seu apelido, mas é covarde demais para exigir que o chamem de outro modo. Dotado de grande inteligência, ele se mostra o mais racional e responsável na ilha, o que, em meio a crianças, o torna extremamente impopular.

Outros dois personagens que devemos destacar são Jack Merridew e Simon. O primeiro, tal como Ralph, está entre os mais velhos e infunde obediência aos demais, mas é arbitrário e arrogante. Insatisfeito por não ser escolhido líder, Jack consegue o cargo de chefe dos caçadores, o que lhe permite libertar o seu lado mais violento e selvagem. Já Simon é uma figura bastante singular e, até certo ponto, enigmática em meio ao bando de meninos: pequeno e magro, apresenta crises de perda de consciência. Ao contrário de Jack, sua natureza é benévola, tímida e sensível, e suas ações sempre prestativas:

[Simon] andava com passo seguro através da área de árvores frutíferas, onde os mais acomodados podiam encontrar alimentação fácil, embora insatisfatória. Flores e frutos cresciam juntos na mesma árvore e, por toda parte, havia o cheiro de coisas maduras e o zumbido de um milhão de abelhas. Os pequenos que haviam corrido atrás dele alcançaram-no ali. Conversaram, gritaram coisas confusas, empurraram-no para as árvores. Então, entre o barulho das abelhas ao sol da tarde, Simon pegou os frutos que eles não conseguiam alcançar, descobriu os melhores por entre a folhagem, passou-os para as mãos infinitamente estendidas. Quando os satisfez, fez uma pausa e olhou em torno. Os pequenos observavam-no inescrutavelmente por entre punhados duplos de frutas maduras (GOLDING, 2003, p. 62-63).

Em virtude do conflito de interesses e da indisciplina das crianças menores, a vida gregária rapidamente começa a enfrentar problemas. A situação se agrava, contudo, com a crença de que um ser misterioso e sombrio habita a ilha, desestabilizando os meninos com noites de apreensão e medo. Afinal, eles acabam se dividindo em dois grupos inimigos, liderados por Ralph e Jack: os que permanecem ao lado do primeiro buscam preservar a disciplina, mantendo as regras antes estabelecidas; aqueles que debandam junto de Jack, por sua vez, poupam qualquer esforço que não seja destinado à caça e à diversão.

Quando os meninos se separam, formando duas tribos, há uma característica que as distingue fundamentalmente: uma conserva a civilidade; a outra, que toma conta de praticamente toda a ilha, é marcada pela barbárie. De outro modo, poderíamos dizer que a primeira representa o homem em *estado civil*, e a outra, em *estado natural*, tal como os teóricos contratualistas classificam a humanidade que precede e antecede o advento da sociedade. Mas, se, em princípio, todos os meninos compactuaram para estabelecer suas regras de convívio, ou seja, firmaram um *contrato*, por que este perde a

validade tão rapidamente? Para respondermos a essa pergunta, é preciso conhecermos, afinal, as correntes naturalista e contratualista.

3 Naturalismo e Contratualismo: um breve panorama histórico

De acordo com Dalmo de Abreu Dallari (2011), existem duas teorias básicas que buscam refletir sobre a origem do social: o Naturalismo e o Contratualismo. Em linhas gerais, enquanto os naturalistas partem da premissa de que a sociedade nasceu de maneira espontânea, fruto de uma tendência natural humana, os contratualistas defendem que ela é consequência de uma escolha, de uma convenção estabelecida pelos homens.

O Naturalismo remonta ao século IV a.C. e tem em Aristóteles o seu precursor. O filósofo grego conclui, em sua *Política*, que

[...] uma cidade é uma daquelas coisas que existem por natureza e que o homem é, por natureza, um ser vivo político. Aquele que, por natureza e não por acaso, não tiver cidade, será um ser decaído ou sobre-humano, tal como o homem condenado por Homero como "*sem família, nem lei, nem lar*" (ARISTÓTELES, 1998, p. 53-54, aspas e grifo dos tradutores).

Em outras palavras, Aristóteles defende que o homem é naturalmente um ser sociável, e que, à exceção de entes superiores, como os deuses, apenas homens de natureza vil buscariam espontaneamente a vida isolada da Pólis. Essa condição envolve o ser humano desde o seu nascimento, a partir do qual ele passa a fazer parte de seu primeiro grupo social: a família. Esta, em união a outras famílias, compõe uma comunidade, que, por sua vez, constituirá com comunidades próximas a Pólis, cujas principais características devem ser a autossuficiência e a manutenção da dignidade e da liberdade de seus cidadãos. Por isso, Aristóteles afirma que, apesar de ser o resultado final desse *modus vivendi*, a cidade é a essência e o bem mais importante das pessoas, pois

[...] a cidade é o fim destas, e a natureza de uma coisa é o seu fim, já que, sempre que o processo de gênese de uma coisa se encontre completo, é a isso que chamamos a sua natureza, seja de um homem, de um cavalo, ou de uma casa. Além disso, a causa final, o fim de uma coisa, é o seu melhor bem, e a autossuficiência é, simultaneamente, um fim e o melhor dos bens (ARISTÓTELES, 1998, p. 53).

Mais tarde, no século I a.C., Cícero reafirma a palavra de Aristóteles, acerca da gênese da sociedade, e demonstra a sua inclinação para o Naturalismo. O político e filósofo romano afirma, em um dos debates que compõem seu *Da República*, que, no homem, o movimento para a vida comum é suscitado menos por uma necessidade material do que por um impulso natural:

[...] a primeira causa dessa agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum (CÍCERO, 1973, p. 155).

Entretanto, esse impulso não exclui a participação da vontade humana, como afirma Dallari (2011), uma vez que o homem tem consciência de que necessita da vida em grupo e procura aprimorá-la. Com os animais irracionais, ao contrário, não há esse aperfeiçoamento, pois entre eles o agrupamento é ocasionado por mero instinto e, conseqüentemente, de maneira sempre uniforme.

Já na Idade Média, Tomás de Aquino terá a sua obra largamente influenciada pelo pensamento aristotélico, não obstante o interprete em benefício da doutrina cristã. Proponente de uma teologia que admite a natureza social do homem, Aquino (2005) afirma que a vida em isolamento ocorre somente em três condições: quando o indivíduo é acometido por uma deficiência ou doença; quando é vítima de um acontecimento desafortunado, como um naufrágio; ou quando ele possui elevação espiritual, a exemplo de santos eremitas. De acordo com Nicola Abbagnano (2007), com o desenvolvimento da Filosofia Escolástica, em cujo centro está a *Suma teológica* (2005) de Tomás de Aquino, a doutrina da origem divina do Estado ganha hegemonia na Europa medieval, o que se modificará apenas na Idade Moderna, com o triunfo do absolutismo e de teorias de base contratualista.

Abbagnano (2007) explica que, apesar do Contratualismo provavelmente ter nascido na Grécia Antiga, com os sofistas, é em meados do século XVII que ele se estabelece como um sistema filosófico, ao passo que se torna um poderoso instrumento político, a princípio, em defesa do poder absoluto. Thomas Hobbes escreve, em 1651, a obra *Leviatã*, e com ela anuncia a fórmula básica do contrato: antes de fazer parte de um Estado ou de uma sociedade civil, o homem viveria em um estado de natureza, caracterizado pela guerra. Isto se deve ao fato de que, por natureza, todos os homens são iguais em suas faculdades do corpo e do espírito, e

[...] desta igualdade quanto à capacidade deriva a igualdade quanto à esperança de atingirmos nossos fins. Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro. E disto se segue que, quando um invasor nada mais tem a recear do que o poder de um único outro homem, se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto de seu trabalho; mas também de sua vida e de sua liberdade (HOBBS, 1974, p. 78-79).

Conscientes de que, no estado de natureza, só haveria espaço para o medo e a violência, os homens celebram um contrato, a partir do qual se comprometem a buscar sempre a paz e a abdicar de seu direito a todas as coisas. Só assim é possível garantir a liberdade de cada um e a vida em sociedade. Para Hobbes (1974), entretanto, é necessário que essa sociedade seja regida por alguma espécie de poder coercitivo, que obrigue

[...] igualmente os homens ao cumprimento de seus pactos, mediante o terror de algum castigo que seja superior ao benefício que esperam tirar do rompimento do pacto, e capaz de fortalecer aquela propriedade que os homens adquirem por contrato mútuo, como recompensa do direito universal a que renunciaram (HOBBS, 1974, p. 90).

Segundo Dallari (2011), em virtude do prestígio que Hobbes possuía junto à nobreza inglesa, tendo sido, inclusive, preceptor de Rei Carlos II, suas ideias tornaram-se amplamente conhecidas e foram acolhidas com entusiasmo por uma Inglaterra que enfrentava intensas transformações políticas e buscava a restauração do absolutismo. Contudo, no final do século XVII, a teoria hobbesiana sofre diversas objeções de John Locke, para quem o contrato justifica antes a causa liberal, porquanto evidencia que a

sociedade política é fundada por indivíduos livres e que, à vista disso, o poder do Estado deve ser limitado.

É na França do século XVIII, porém, que se ergue uma oposição clara e sistematizada ao contratualismo hobbesiano, cuja premissa de que a sociedade nasce em razão de “[...] um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem” (HOBBS, 1974, p. 80) é negada veementemente. Em 1748, Montesquieu publica a obra *O espírito das leis*, na qual defende que a paz é a primeira lei natural, mas os homens, em busca de preservá-la e de satisfazer os seus desejos e necessidades, são levados a escolher a vida em sociedade. Isto porque, no estado de natureza que a precede, os indivíduos são essencialmente bons, mas fracos e solitários; sua preservação carece, portanto, do trabalho colaborativo. Como podemos observar, apesar de confrontar o contratualismo de Hobbes, o filósofo francês adota uma posição relativamente contratualista para explicar a origem do convívio social.

Alguns anos mais tarde, vem a público *O contrato social* (1762), obra magna de Jean-Jacques Rousseau, por meio da qual ele sustenta a tese de que, no estado de natureza, os homens são bons e livres, mas restitui a relevância do contrato enquanto ato de fundação da sociedade. Segundo Rousseau (2007), a ordem social é uma conquista não da natureza, mas da vontade humana, circunstância presente mesmo na família, primeiro e mais natural modelo de sociedade: o filho, quando alcança a idade adulta, torna-se isento da obediência que deve ao pai, e este, isento dos cuidados que ao filho deve. Se ambos permanecem unidos, portanto, “[...] não é mais naturalmente, é voluntariamente, e a própria família só se mantém por convenção” (ROUSSEAU, 2007, p. 24).

Para enfrentar as crescentes adversidades que colocavam em risco a sua conservação no estado de natureza, o ser humano precisou encontrar um modo de incrementar os seus principais recursos de sobrevivência: sua força e liberdade. Na impossibilidade de engendrar novos recursos, cabia-lhe então a união de sua força com a de seus iguais. Mas como fazer isso sem comprometer a sua liberdade? Rousseau conclui que

[...] encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, ao unir-se a

todos, obedeça somente a si mesmo e continue tão livre quanto antes. Esse é o problema fundamental para o qual o contrato social oferece a solução (ROUSSEAU, 2007, p. 33).

Com o contrato social, os indivíduos alienam o seu direito a todas as coisas em prol do bem comum. Por sua vez, o Estado, fruto da associação dos indivíduos, deve proteger e assegurar os direitos à liberdade e à igualdade de cada um. Consoante Dallari (2011), as ideias de Rousseau são efetivamente as que deixaram um maior legado para a posteridade, sendo muitas delas consideradas hoje fundamentais para a manutenção da democracia.

Enfim, é importante destacar que tanto o Naturalismo quanto o Contratualismo, em suas diversas tendências, fixaram extensas raízes no pensamento político e filosófico de tradição ocidental, em virtude do que, atualmente, se aceita “[...] que a sociedade é resultante de uma necessidade natural do homem, sem excluir a participação da consciência e da vontade humanas” (DALLARI, 2011, p. 30).

4 A experiência contratual em *O senhor das moscas*

Em estudo do romance *O senhor das moscas*, o crítico literário estadunidense Harold Bloom (2010) afirma que a ilha pode ser entendida como um microcosmo da sociedade autodestrutiva que exilou o grupo de meninos, a qual enfrenta os efeitos de uma recente guerra atômica. Em outras palavras, como consequência de seu desbravamento pelo ser humano, aquela pequena extensão de terra sofre a mesma degradação que, em maiores proporções, assola o mundo. Daí a hesitação com que Ralph reage ante a iminência de seu resgate: finalmente ele está a salvo dos perigos da ilha, mas o que lhe espera fora dela?

Tal interpretação é possível, antes de tudo, porque a ilha forma a unidade espacial do romance, onde se desenvolve toda a ação diegética. Posto que pouco se sabe sobre a chegada de seus habitantes e sobre as condições que envolverão a sua saída, resta a narrativa de um conjunto de meninos que fracassa ao tentar criar estabilidade e

dignidade para si. Se a compreendermos, pois, como uma alegoria, a ilha se torna universal, no sentido de que representa o mundo e, com ele, a história da existência humana. Por isso, lembra Bloom (2010), as adversidades pelas quais passam os personagens do romance são a nós mais familiares que gostaríamos.

No mesmo sentido, a tentativa dos meninos, então soltos na ilha, de conviver sob um sistema de organização comum pode simbolizar a transição do estado de natureza para a vida em sociedade, uma vez que o grupo celebra um contrato social, representado pela escolha de Ralph como líder. Nesse ato, mais que a sua influência, é a concha que consagra Ralph:

[...] o brinquedo de votar era quase tão divertido quanto a concha. Jack começou a protestar, mas o clamor passou do desejo geral de um chefe para uma eleição de Ralph por aclamação. Nenhum dos meninos poderia pensar numa razão definida para isso; quem mostrara até então mais inteligência fora Porquinho, porém o líder mais óbvio era Jack. Entretanto, havia uma serenidade na figura sentada de Ralph que o destacava: era seu tamanho, sua aparência atraente; e, de forma mais obscura, embora mais poderosa — era a concha. Aquele que a havia tocado e se sentara à espera deles na plataforma, com o delicado objeto nos joelhos, distinguia-se entre todos. (GOLDING, 2003, p. 26).

Em vista disso, a concha se torna um poderoso símbolo de autoridade, tal como queria Hobbes, que representasse a figura do Estado. É a concha que rege as reuniões e dá o direito de fala aos seus membros:

[...] Uma coisa mais. Não é possível todo mundo falar ao mesmo tempo. Vai ser preciso levantar a mão, como na escola.
 Levou a concha à altura do rosto e olhou em volta.
 — Então eu passarei a concha para quem quiser falar.
 — Concha?
 — É assim que se chama isto. Eu darei a concha para a pessoa que irá falar em seguida. Ela poderá segurar a concha enquanto falar.
 — Mas...
 — Veja...
 — E ela não será interrompida. A não ser por mim.
 Jack estava de pé.
 — Vamos ter regras! — gritou, excitado. — Muitas regras! E quando qualquer um não as respeitar... (GOLDING, 2003, p. 38).

Enquanto a autoridade da concha é respeitada, a ordem e a civilidade são mantidas pelo grupo. Conforme estas vão decaindo, a concha vai perdendo o seu valor, como quando Jack começa a se rebelar:

— Estou com a concha — disse Porquinho, indignado. — Deixem-me falar!
 — Aqui no topo da montanha, a concha não vale — disse Jack. — Cale a boca!
 (GOLDING, 2003, p. 48).

Por fim, quando a situação na ilha está próxima da destruição e Porquinho é morto, a rocha que o acerta destrói também a concha, marcando o fim do instinto de civilização que restava em alguns meninos. Ralph fica sozinho e tem de fugir dos caçadores de Jack, para não ser assassinado.

Ademais, podemos considerar que o simbolismo da concha é transmitido às reuniões que ela preside, cuja importância aqui relacionamos com a do contrato social. Recapitulando, o contratualismo rousseauiano pressupõe que os indivíduos possuem direitos naturais aos quais renunciam, com vistas à vontade geral e ao bem comum. Nesse sentido, é possível atribuímos o insucesso do contrato firmado pelos meninos à negligência com que alguns deles trataram as tarefas que visavam à sua sobrevivência e o seu resgate, tal como a manutenção da fogueira sinalizadora. Quando um navio é avistado no horizonte, e o sinal de fumaça se faz necessário, a fogueira está apagada, pois os seus guardiões estavam caçando porcos, atividade que lhes dava mais diversão e prazer. Enquanto Ralph lamenta o prejuízo, os caçadores brincam, pulam e cantam “*Matem o porco! Cortem a garganta! Tirem o sangue!*” (GOLDING, 2003, p. 76, grifos do autor). Em outras palavras, os benefícios que devem advir da associação entre os indivíduos são estagnados quando estes transgridem o contrato, isto é, optam por satisfazer as suas vontades individuais. Desse modo, o contrato social perde a sua validade, o que responde à pergunta realizada algumas páginas acima.

Outro aspecto significativo do romance é a atmosfera belicosa que envolve a trama, conforme já aludido. Quando é levantada a possibilidade de algum de seus familiares saber onde estão, Porquinho relembra: “Você não ouviu o que o piloto disse? Sobre a bomba atômica? Estão todos mortos” (GOLDING, 2003, p. 16). Dada a faixa etária dos meninos, é possível afirmar que todos nasceram e cresceram em um contexto de brutalidade e de morte, tal e qual o universo do homem em estado de natureza na concepção hobbesiana, onde predomina a guerra de todos contra todos. Nesse sentido, é possível justificar que, em *O senhor das moscas*, o estado de natureza sobrepuja o

estado civil pois a essência de seus protagonistas está contaminada por uma concepção do homem como autodestrutivo.

Por fim, não podemos ignorar a participação, na decadência dos meninos, de um sentimento deveras familiar ao ser humano: o medo. Mais precisamente, o medo irracional de um espírito sobrenatural, de natureza maléfica, encarnado na figura de um bicho. Esse medo, que evidentemente desestabiliza o grupo, o torna gradativamente inculto, próximo mesmo de uma tribo primitiva. Em pouco tempo, o medo se transforma em veneração, e o bicho, em divindade:

[Jack] fez uma pausa e se levantou, olhando para as sombras sob as árvores. Sua voz ficou mais baixa.

— Vamos deixar parte da caça para o...

Ajoelhou-se de novo e pegou a faca. Os meninos se amontoaram ao seu redor. Falou por sobre o ombro de Roger.

— Afie uma vara com duas pontas.

Levantou-se, segurando a gotejante cabeça da porca.

— Onde está a vara?

— Aqui.

— Enfie uma ponta na terra. Oh, é pedra. Enfie naquele buraco. Ai!

Jack segurou a cabeça e forçou a garganta macia para baixo, sobre a ponta da vara, que saiu pela boca. Deu um passo para trás e a cabeça ficou ali, pendurada, com um pouco de sangue escorrendo madeira abaixo.

Instintivamente, os meninos também recuaram. A floresta ficou muito quieta. Tentaram escutar alguma coisa e o barulho mais alto era o zumbido das moscas sobre as entranhas espalhadas.

Jack falou, num sussurro.

— Peguem o porco.

Maurice e Robert enfiaram uma lança na carcaça, levantaram o peso morto e esperaram. No silêncio, de pé sobre o sangue seco, pareciam subitamente furtivos.

— Essa cabeça é para o bicho. É um sacrifício (GOLDING, 2003, p. 150-151).

O sacrifício oferecido ao bicho representa a degeneração moral do grupo, pois o evento é aberto pela caça ao animal escolhido para a imolação: uma porca que descansava “[...] numa profunda beatitude maternal [...]. Era preta e rosada, tinha o grande balão da barriga cheio de leitõezinhos que dormiam, enfiavam-se e guinchavam” (GOLDING, 2003, p. 147). Desprezando a condição da presa, Jack e os caçadores abatem-na com perversidade e depravação:

A tarde caía, nebulosa e ameaçadora com o calor úmido; a porca corria na frente deles, enlouquecida, derramando sangue; os caçadores seguiam-na, ligados a ela pela cobiça, excitados pela longa perseguição e pelo sangue gotejante. Agora podiam vê-la, quase chegaram junto dela, mas ela investiu com suas últimas

forças e se afastou de novo. Estavam perto quando ela correu para uma clareira onde cresciam flores brilhantes e borboletas dançavam no ar quente e imóvel. Ali, abatida pelo calor, a porca caiu e os caçadores lançaram-se sobre ela. A terrível irrupção de um mundo desconhecido tornou-a frenética; guinchou e pinoteou, o ar se encheu de suor, barulho, sangue e terror. Roger correu em volta do grupo, enfiando a lança onde aparecia carne de porco. Jack estava em cima da porca, golpeando para baixo com a faca. Roger descobriu um lugar para sua lança e começou a enfiar com todo o peso do seu corpo. A lança enterrou-se centímetro por centímetro e o guinchado aterrorizado tornou-se um grito agudo. Então, Jack descobriu a garganta e o sangue quente jorrou em suas mãos. A porca morreu sob eles e os meninos ficaram um pouco sobre ela, pesados e satisfeitos. As borboletas ainda dançavam, absortas, no centro da clareira (GOLDING, 2003, p. 148-149).

Bloom (2010) destaca que, nessa conjuntura, Simon é o único personagem que não é corrompido e permanece bom. Em um dos trechos mais emblemáticos da narrativa, ele estabelece uma espécie de diálogo com a cabeça da porca presa na estaca, já compondo a oferenda, em uma espécie de templo cuja abóbada é formada pelas árvores da floresta:

Mesmo quando fechava os olhos, a cabeça da porca continuava ali, como uma visão persistente. Os olhos meio fechados eram opacos, com o cinismo infinito da vida adulta. Garantiram a Simon que tudo aquilo fora um mau negócio.

— Sei disso.

Simon descobriu que falara alto. Abriu os olhos e ali estava a cabeça, sorrindo divertida sob a estranha luz do dia, ignorando as moscas, as entranhas espalhadas, ignorando até a indignidade de estar enfiada numa vara.

Olhou para longe, passando a língua pelos lábios secos.

Um sacrifício para o bicho. O bicho não viria buscá-lo? A cabeça, pensou, parecia concordar com ele. Fuja, dizia a cabeça silenciosamente, vá para junto dos outros. Foi uma piada, mesmo — por que se preocupar? Você só está errado, nada mais. Uma pequena dor de cabeça, alguma coisa que comeu, talvez. Volte, criança, disse a cabeça silenciosa. [...] Diante de Simon, o Senhor das Moscas estava pendurado na vara e sorria. Enfim, Simon desistiu e olhou; viu os dentes brancos e os olhos opacos, o sangue — e seu olhar esgazeado prendeu-se àquele reconhecimento antigo e irrecusável. Na têmpora direita de Simon, um latejar começou a golpear seu cérebro (GOLDING, 2003, p. 151-152).

A figura horripilante é então denominada de “O Senhor das Moscas”, cujo significado, segundo Jacques Collin de Plancy (2019), se refere a Belzebu, o príncipe dos demônios. Nesse sentido, Simon estaria confrontando mesmo o diabo, o que, para Bloom (2010), pode representar a Tentaçao de Cristo. Segundo o crítico norte-americano, há mais indícios no romance que apontam para uma relação simbólica entre Simon e Cristo, ou, ainda, entre Simon e São Pedro, cujo nome de nascimento é Simão. Por exemplo, é apenas com o auxílio de Simon que os pequenos obtêm os frutos das

árvores altas, assim como, por meio de Cristo, os cristãos recebem a salvação que não podem alcançar por si próprios. Ademais, Simon é quem liberta o cadáver do homem preso às cordas de um paraquedas, que em razão disso é impulsionado para o mar. Uma vez que o bicho temido pelos meninos era, na verdade, o paraquedista, podemos entender esse evento como uma imagem da redenção da humanidade por Cristo. Essas considerações, entretanto, remetem a outro campo semântico do romance, também bastante significativo, constituído de elementos de natureza teológica.

5 Considerações finais

Neste artigo, propomos a leitura de *O senhor das moscas* à luz de um conjunto de teorias que compartilham um mesmo fundamento: o de que “[...] a comunidade civil, bem como as normas e os valores que dela se originam, são produtos de um contrato ou convenção originária” (ABBAGNANO, 2007, p. 207). A partir do conceito de contrato social, essas teorias não só refletem sobre os primeiros passos do homem rumo à vida gregária, como também discorrem sobre as leis e convenções que, nos estados modernos, regulam os costumes e as relações sociais, a fim de garantir o bem estar de todos os indivíduos. Do mesmo modo, as correntes contratualistas demonstram a barbárie a que podem chegar os grupos que violam ou buscam corromper o contrato.

Cremos que o romance de Golding estabelece, simbolicamente, algumas correspondências com os aspectos acima, a começar pela representação das etapas que compreendem a formação das sociedades humanas, sob a perspectiva do Contratualismo. Em primeiro lugar, o estado de natureza, no qual, hipoteticamente, predominam as desigualdades naturais e, conseqüentemente, o medo, a anarquia ou a guerra. Na narrativa, esse estágio é representado pela chegada dos meninos à ilha e, posteriormente, pela rebelião liderada por Jack, a partir da qual o convívio entre os ilhados beira a selvageria. A segunda etapa é instituída pela realização do contrato social, que deve garantir a ordem, a paz e o progresso aos pactuários, cujo direito a todas as coisas é alienado a um governo ou autoridade. A Ralph, eleito pela maioria, é delegado o poder de decidir e ordenar as atividades na ilha, como a procura por alimentos, a construção de cabanas na praia e a manutenção da fogueira sinalizadora. No entanto, a

displicência e a falta de entendimento logo põem fim ao sistema fundado democraticamente pelos meninos.

Nesse sentido, a narrativa goldingiana evidencia a deterioração do contrato social firmado pelas personagens, em prol da ordem e mesmo da garantia de sua sobrevivência. Prevalece sobre a civilidade o estado de natureza, a luta pela supremacia e a defesa de interesses arbitrários, o que evoca o contexto em que o romance é publicado, pós-Segunda Guerra, quando a capacidade destrutiva do homem acabava de atingir proporções extremamente catastróficas. Do ponto de vista histórico, aquele pequeno grupo de crianças refaz tragicamente os passos que, geração após geração, culminaram em destruição, desigualdade e miséria.

Podemos destacar, ainda, o papel que a ignorância pode desempenhar a favor da subjugação de um povo, a exemplo do bicho desconhecido que, através do pavor infantil, ganha contornos fantásticos e logo se torna objeto de veneração. Mais uma vez, a ficção evoca a realidade, e assim lembramo-nos do poder que, por séculos, a Igreja Católica exerceu sobre os Estados da cultura ocidental, poder imposto em nome de um deus inexorável e que transformava a fé das pessoas em terror e medo do inferno.

Enfim, almejamos que este trabalho possa tornar a leitura de *O senhor das moscas* um pouco mais abrangente, em virtude da familiarização com as teorias filosóficas naturalista e contratualista, cujas ideias e princípios influenciam ainda hoje a nossa cultura e vida prática. O romance de Golding é uma das maiores obras não só da literatura de língua inglesa, mas do cânone universal, e a interpretação que aqui empreendemos representa uma em inúmeras possibilidades, haja vista a complexidade simbólica e temática da narrativa. Seu valor, aliás, é inestimável, pois faz saltar à nossa vista certos comportamentos tão primitivos e inumanos que, de outra forma, não receberiam a nossa atenção, embora permaneçam marcando a história de nossa espécie.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**, 2. ed. Tradução: Aldo Vannucchi et. al. e edição de Joaquim Pereira. São Paulo: Edições Loyola, 2005. v. 2.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Antonio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

BLOOM, Harold. Introduction. In: BLOOM, Harold. (et al.) **Bloom's guides**: William Golding's Lord of the flies. New York: Infobase Publishing, 2010. p. 7-8.

CÍCERO. Da República. Tradução de Amador Cisneiros. In: CIVITA, V. (Ed.). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. v. 5. p. 145-190.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

GOLDING, William. **O senhor das moscas**. Tradução: Geraldo Galvão Ferraz. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 14.

PLANCY, Jean Collin de. **Dicionário infernal**: repertório universal. Tradução: Angela Gasperin Martinazzo. São Paulo: EDUSP, 2019.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. Tradução: Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2007.

Recebido em 23/03/2023.

Aprovado em 08/08/2023.